

COLONIALISMO, CAPITALISMO E VIOLÊNCIA

Lorena Silva Oliveira

Pós-doutoranda pelo PPGF/UFRJ.
Bolsista FAPERJ-Programa Pós-Doutorado Nota 10-2024.
Email: bendizendodralorena@gmail.com

RESUMO

O presente texto tem por objetivo apresentar a interconexão entre os conceitos de colonialismo, capitalismo e violência a partir das filosofias africanas e do pensamento decolonial de autores como: Aimé Césaire, Frantz Fanon, Walter Mingolo, Achille Mbembe e Aníbal Quijano. Buscar-se-á desmistificar o colonialismo como uma empreitada filantrópica, revelando-o como um projeto de exploração impulsionado por interesses econômicos, destacando sua contribuição para a acumulação primitiva de capital e o desenvolvimento do capitalismo. A violência é apresentada como uma condição intrínseca para essa acumulação e são demarcadas algumas das múltiplas formas de violência exercidas no período colonial, evidenciando que as estruturas de poder coloniais persistem na contemporaneidade sob a forma da 'colonialidade'.

PALAVRAS-CHAVE

Colonialismo; capitalismo; violência colonial; colonialidade.

ABSTRACT

The aim of this text is to present the interconnection between the concepts of colonialism, capitalism and violence based on African philosophies and the decolonial thinking of authors such: as Aimé Césaire, Frantz Fanon, Walter Mingolo, Achille Mbembe and Aníbal Quijano. The aim is to demystify colonialism as a philanthropic endeavor, revealing it as a project of exploitation driven by economic interests, highlighting its contribution to the primitive accumulation of capital and the development of capitalism. Violence is presented as an intrinsic condition for this accumulation and some of the multiple forms of violence exercised in the colonial period are outlined, pointing out that colonial power structures persist in contemporary times in the form of 'coloniality'.

KEYWORDS

Colonialism; capitalism; colonial violence; coloniality.

INTRODUÇÃO

O filósofo camaronês Bidima (2002, p.01), nos diz que “não podemos entrar na filosofia, assim como na vida, senão misturados ao que nos precede”. Nesse sentido, é necessário sermos críticos em relação à História e tomar como ponto de partida a existência cultural como fonte de construção do pensamento filosófico.

Portanto, falar sobre colonialismo, capitalismo e violência e suas intrínsecas relações, requer fazermos um exercício de revisão história que consiga responder algumas questões fundamentais para o nosso entendimento. Nesse sentido, para iniciarmos nossa reflexão, precisamos, primeiramente, fazermos algumas demarcações:

Tendemos a encontrar abordagens que nos apresentam o colonialismo como um sistema histórico de dominação política, econômica e cultural marcado, inicialmente, pelas grandes navegações e expedições marítimas europeias ocorridas a partir dos séculos XV e XVI.³⁸

Aprendemos que o início do colonialismo está diretamente ligado ao contexto europeu da época, caracterizado pelo Renascimento, pela expansão comercial e pelo desenvolvimento da ciência náutica e cartográfica. Essas expedições marítimas resultaram na invasão (dita descoberta e conquista) de vastas regiões das Américas, África e Ásia, dando início à exploração colonial.

Tais territórios conquistados eram tratados como fontes de riqueza inesgotável, especialmente de ouro, prata, especiarias, açúcar e algodão. Por fim, aprendemos que esse fluxo contínuo de recursos, juntamente com o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, forneceu a base material essencial para o surgimento do capitalismo moderno industrial.

³⁸ Sobre o conceito de colonialismo, a autora Maria Meneses coloca uma observação importante em seu artigo “Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique”. Segundo ela, um dos problemas associados à definição de colonialismo prende-se com o facto deste conceito estar relacionado com o de imperialismo. Ela diz: “Se, para Schumpeter (1974: 6), a referência ao império sugere uma ocupação política ilegítima por parte de um Estado, na análise sociopolítica de Lenine (2010 [1916]), o imperialismo é caracterizado como o estágio mais avançado do capitalismo, interpretação inspirada no trabalho de John Hobson (1902). Este último definiu o imperialismo como a procura agressiva, pelo capital financeiro, de mercados e investimentos estrangeiros durante períodos de baixo consumo. Na sequência desta busca por mercados e fontes de matéria-prima assiste-se, como sublinha Lenine, à globalização do capital, processo que se traduz na partilha do mundo entre associações capitalistas internacionais, cujo resultado é a divisão territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas. Posteriormente vários pensadores marxistas irão analisar o imperialismo como um estágio histórico do desenvolvimento do capitalismo, ampliando a caracterização além da experiência histórica de dominação política e militar.” (Menezes, 2018, p.118)

Mas, sabemos que esse resumo, comumente apresentado pela perspectiva dos povos colonizadores, visa expor o caráter aparentemente simplista deste processo, como se o processo colonial tivesse sido um marcador histórico essencial, não violento, para o desenvolvimento e civilização dos territórios e pessoas colonizadas durante tal período.

Todavia, se buscarmos compreender a relação entre colonialismo, capitalismo e violência, pela perspectiva dos povos colonizados, o que encontraríamos? Esse é o objetivo desta reflexão: entender tal relação desde os povos do Sul Global que possuem histórico colonial. Para isso, convocarei a perspectiva das filosofias africanas e do pensamento decolonial, apresentando os pensares Aimé Césaire, Frantz Fanon; Walter Dignolo, Achille Mbembe e Anibal Quijano, para entendermos como esses filósofos podem nos auxiliar nessa empreitada.

O COLONIALISMO PELA PERSPECTIVA DE AIMÉ CÉSAIRE

Iniciemos entendendo o colonialismo.

Aimé Césaire, em sua obra *“Discurso sobre o colonialismo”* (2010), no traz a seguinte indagação: “o que é em seu princípio a colonização?” e reflete sobre a necessidade de respondermos, de forma evidente, esta questão, o que requer, para ele:

Reconhecer que ela *não é evangelização*, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da *ignorância*, da enfermidade, da tirania; nem a *expansão de Deus*, nem a *extensão do Direito*. Admitir de uma vez por todas, sem titubear por receio das consequências, *que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força*, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a *estender* a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (Césaire, 2010,p.17, grifo meu).

Nesse sentido, ao evidenciar o que a colonização não foi, Césaire busca fazer uma inflexão, ou seja, contrapor o que comumente é apresentado, nos acervos coloniais disponíveis a nós, sobre o que foi a colonização e quais eram seus objetivos.

A saber, o colonialismo e as expedições marítimas foram sustentados por uma visão religiosa e filosófica eurocêntrica cristã do mundo. Embasado no princípio da Terra Nullius³⁹ os colonizadores amparados em suas perspectivas jurídicas e com a

³⁹ No contexto do Direito Internacional, a expressão Terra Nullius (Terra de Ninguém) refere-se a territórios que não são considerados propriedades de nenhum Estado. Logo, esse princípio jurídico foi utilizado para justificar o colonialismo europeu afirmando que determinadas terras eram "vazias" ou "sem dono", pois não eram habitadas por povos considerados civilizados, segundo os critérios europeus da época. Em suma, a ideia de Terra Nullius serviu como uma ferramenta legal e filosófica que mascarava a violência da ocupação colonial, sob uma suposta ausência de civilização nas terras

autorização da igreja, colonizavam espaços considerados ‘sem donos’, ‘não civilizados’ e ‘não cristãos’, como se tal ato fosse uma missão civilizadora e evangelizadora na qual os povos brancos/europeus eram os executores.

O humanismo renascentista também desempenhou um papel significativo nesse processo. Esse movimento substituiu o teocentrismo medieval pela centralidade humana como referência na cultura e no pensamento; deu ênfase no pensamento crítico, na observação empírica, dando abertura ao surgimento do conhecimento científico. Sendo, portanto, decisivo para a modernidade europeia, por abrir caminhos que possibilitaram a revolução científica, as grandes navegações, reforma protestante, novas concepções políticas e etc.

Contudo, ao criar e enfatizar a ideia do grande potencial e capacidade racional do indivíduo europeu, como modelo de civilização, este movimento relegou outros povos à categoria de ‘primitivos’ e/ou ‘selvagens’. Do ponto de vista filosófico, esse é um dos aspectos mais marcantes dessa era, para essa reflexão, pois o fato desse movimento cultural e filosófico ter colocado o ser humano no centro do pensamento (antropocentrismo), não necessariamente tornava a categoria ser humano universal.

Podemos considerar que o humanismo foi interpretado pelos europeus, como uma valorização específica da humanidade europeia, considerada mais avançada cultural e intelectualmente. Essa ideia *construída* de uma superioridade europeia, em todos os níveis, somada às ideias de progresso e civilização, levaram à crença de que os europeus tinham o direito ou o dever de levar sua ‘superioridade cultural’ para outras partes do mundo, justificando a colonização.

Nesse sentido, vemos que, no decorrer da história, essa racionalidade tão exaltada e superioridade cultural foi utilizada, também, para criar teorias pseudocientíficas que afirmavam a inferioridade racial e cultural de outros povos, como os indígenas (povos originários) e africanos.

É neste cenário que se ergue então a *ideia de raça* como justificativa classificatória para denominar todos aqueles ‘não-europeus’ como seres inferiores, logo, menos humanos (ou não humanos). As populações do continente africano estariam enquadradas nesta condição de seres ‘não-civilizados’ / ‘inferiores’ e teriam, a partir de então, sua humanidade questionada por meio de teorias racistas de vícios biológico, (racismo científico)

conquistadas.

É por isso que Césaire nos convida a pensar a colonização pelo que ela não foi. Afinal, para este pensador o pseudo humanismo⁴⁰ europeu foi uma falácia! Fazendo a seguinte crítica: “E esta é a grande reprovação que eu faço ao pseudo humanismo: haver socavado , por muito tempo os direitos do homem; tido deles, e ainda ter, uma concepção estreita e dividida, incompleta e parcial; e, no final das contas, sordidamente racista” (Césaire, 2010,p.22)

Ou seja, o humanismo europeu possuía uma concepção estreita e parcial sobre quais humanos deveriam estar no centro, serem ouvidos e considerados em sua completa humanidade, nos pensares sobre os projetos de sociedade. O que demonstra que as reais intenções não era levar a civilização, o ‘progresso’ intelectual e cultural para os povos ditos inferiores, pois para ele “a distância da colonização à civilização é infinita” (Césaire, 2010,p.19) e de todas as expedições, estatutos e ministeriais coloniais existentes, não se pode resgatar nenhum valor humano.

Nesse sentido, para desmentir estas falsas ideias que foram difundidas como justificativas do fenômeno da colonização que, encoberto/protegido por um pedantismo cristão, elaborou equações desonestas como: *cristianismo é igual a civilização*, *paganismo seria igual a selvagerismo*, gerando consequências “colonialistas e racistas abomináveis, cujas vítimas deveriam ser os índios, os amarelos, os negros.” (Césaire, 2010, p.18), o pensador elabora a equação que considera realmente válida para expressar o colonialismo, diz Césaire: “Cabe-me agora levantar uma equação: *colonização=coisificação*” (Césaire, 2010,p.32, grifo meu)

Essa equação busca traduzir o que fora o colonialismo na medida em que expõe ser, o resultado dessa equação: sociedades esvaziadas, culturas pisoteadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, milhares de pessoas sacrificadas, economias nativas desorganizadas, subalimentação instalada, agricultura orientada apenas à metrópole colonial, saques de produtos e matérias primas, medo, complexo de inferioridade, servilismo, pessoas desarraigadas de seus costumes, vidas, sabedorias, magnificências artísticas aniquiladas e extraordinárias possibilidades suprimidas.

⁴⁰ Césaire aponta que o colonialismo cria uma sociedade moralmente doente e espiritualmente corrompida, revelando a contradição profunda entre os valores proclamados pela Europa – como liberdade, igualdade e fraternidade – e suas ações cruéis nas colônias. Assim, em sua crítica radical, ele questiona profundamente a moralidade e a validade ética da suposta missão civilizatória, revelando que, longe de civilizar, o colonialismo era um projeto que brutalizava ambos os lados, destruindo não apenas o colonizado, mas também a humanidade do colonizador.

Ela, evidencia-nos, portanto, que o colonialismo não pode ser compreendido como uma ‘missão civilizatória’, pelo contrário, expressa que o colonialismo foi um projeto sistemático e violento de exploração, opressão e desumanização (coisificação) dos povos colonizados, por isso, dirá Césaire : “Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação” (idem, p.34).

Por este fato, Césaire é contundente em denunciar a falácia das justificativas filosóficas e morais apresentadas pelos colonizadores. Tais argumentos mascaram o propósito primordial do colonialismo, que é puramente econômico e político. Logo, ser baseado na exploração de recursos naturais e humanos e no controle econômico das regiões colonizadas.

Afinal, a exploração e a dominação colonial foram as condições necessárias para o desenvolvimento industrial europeu e, nesse sentido, o colonialismo foi um fenômeno intrínseco e fundamental no processo histórico de reprodução do capital. Contudo, percebemos haver uma obliteração desse caráter econômico nas justificativas eurocêntricas sobre as práticas coloniais.

Mas, uma análise cuidadosa sobre o colonialismo nos demonstra que este aspecto econômico é uma fonte importante, que alimentou as concepções filosóficas que surgiram na modernidade, a fim de justificar e legitimar as grandes expedições, a invasão/colonização dos territórios, como a posteriormente denominada América Latina, e a escravização e evangelização dos povos originários e africanos.

Portanto, entender que a colonização das Américas e do continente Africano, por exemplo, foi um projeto violento de apropriação territorial e coisificação/exploração de recursos naturais e humanos, a fim de subsidiar os interesses econômicos do capitalismo, que emergia nesses tempos, é um aspecto essencial para o entendimento da interrelação entre colonialismo e capitalismo.

ENTENDENDO AS RELAÇÕES: COLONIALISMO E CAPITALISMO

Mas, vamos entender melhor como o colonialismo está relacionado à emergência do capitalismo.

Se partirmos pelo raciocínio de Walter Mingolo em seu texto “ *Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade*” (2017) caberia iniciarmos essa reflexão recordando que, antes de 1500, nosso imaginário consegue nos levar a cenários do mundo que podem ser considerados policêntricos e não capitalistas. Mas, ele questionará: “o que aconteceu no século XVI que iria mudar a ordem mundial, transformando-a naquela em

que vivemos hoje? O advento da “modernidade” poderia ser uma resposta simples e geral...” (Mingolo, 2017, p.3) ele dirá.

Essa questão, no entanto, é fundamental, pois entender o que a modernidade europeia produziu, em relação à história anterior, até o século XVI, é basilar para entendermos as raízes da atual ordem mundial. Ele nos recorda que os principais âmbitos transformados com o advento da modernidade europeia são os âmbitos econômicos (capitalismo) e epistemológicos (revolução científica).

No âmbito econômico houve uma mudança radical no domínio da economia, o que permitia que o Ocidente reproduzisse os seus recursos indefinidamente. Mas, o que possibilitou isso? O colonialismo,⁴¹ certamente é uma das respostas possíveis (Mingolo, 2017), dirá ele em suas reflexões.

A saber, Marx, filósofo e economista alemão, em sua obra “*O Capital*” (livro I, cap. 24), ao refletir sobre a “Gênese do capitalismo industrial” respalda essa asserção de Mingolo, ao ser categórico e nos demonstrar, em seus estudos, o papel fundamental do colonialismo nos primórdios do capitalismo⁴². Dirá Marx:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a *caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.* A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. *Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém,*

⁴¹ Observação: o colonialismo, em geral, não inicia no séc. XV. Mas, a historiografia geralmente marca o início do colonialismo europeu moderno no século XV, especialmente a partir de 1492, ano da chegada de Cristóvão Colombo às Américas. Esse marco representa, simbolicamente, o início da expansão territorial europeia, que abriu caminho para a colonização do continente americano e, posteriormente, da África e Ásia. O período que segue, especialmente os séculos XVI e XVII, é reconhecido como o auge do colonialismo inicial, caracterizado pela ocupação, exploração econômica e imposição cultural sobre os povos colonizados.

⁴² Dirá Marx em *O Capital*, livro I, que “Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu” (Marx, 2013, p.963)

lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013,p 998, grifo meu)

Nestes excertos o filósofo demonstra como o processo colonial, em todos os seus aspectos: apropriação de terras estrangeiras, extermínio das populações nativas, expropriação de recursos naturais, escravização dos povos, por exemplo, foi fundamental para a “aurora da produção capitalista”, que através da riqueza gerada pelas *diferentes formas de exploração colonial*, possibilitou o que Marx conceitua como acumulação primitiva⁴³:

Essa passagem, por fim, nos informam que o capitalismo *não surgiu pacificamente*, mas necessitou de um período de acumulação inicial de riquezas que ocorreu de forma violenta. A princípio com a expansão mercantilista (séculos XV–XVIII), as colônias serviram como provedoras quase inesgotáveis de *recursos naturais* (ouro, prata, açúcar, café, algodão, especiarias). Esses recursos eram levados para as metrópoles e vendidos a preços elevados; isso se deu através da exploração intensiva e desumana de pessoas escravizadas e do trabalho forçado dos povos colonizados.

A escravidão nas Américas, com os povos originários e, posteriormente, dos povos africanos, forneceu à Europa uma mão de obra extremamente barata e gratuita. Isso permitiu taxas exorbitantes de lucro, acelerando a acumulação capitalista e o crescimento econômico das metrópoles. Tais fatos demonstram como o colonialismo foi *necessário* para que países europeus acumulassem capital suficiente para financiar seu desenvolvimento econômico e impulsionar o capitalismo comercial e industrial (séculos XVIII–XIX).

Nesse sentido a emergência do capitalismo (expansão mercantilista do sec. XV–XVIII), motivou o colonialismo e ambos - capitalismo como modo de produção e colonialismo como modo de operar desse sistema de produção da vida material - foram sustentados e operaram, como ainda operam, *através da ideia de raça*.

Dirá Anibal Quijano em sua reflexão “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”(2005), que a ideia de raça foi um *critério fundamental* para a

⁴³ “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2013,p 960-961)

distribuição da população mundial na estrutura de poder da nova sociedade que emergia. Ele demarca que:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p.118).

E que:

[...] desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com *as raças dominadas, porque eram raças inferiores*. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados *como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer*.[...] E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África e chamada de negra (Quijano, 2005,p.120, grifo meu).

Portanto, as reflexões dos pensadores decoloniais Mingolo e Quijano, assim como do filósofo economista Karl Marx, nos possibilita perceber que o colonialismo foi fundamental para entendermos a nova ordem mundial que surge a partir do século XVI, de modo que podemos afirmar que, esse processo de apropriação e expropriação de recursos humanos e naturais, sustentados por ideias racistas , para justificar as ações e interesses dos europeus, demonstram que colonialismo e capitalismo são categorias codependentes e que a violência foi o principal instrumento, recurso utilizado para que essa nova ‘ordem econômica mundial’ se estabelecesse.

SOBRE A VIOLÊNCIA

Nesse interim, para entendermos o papel da violência nesse processo, é importante termos em mente que a emergência do capitalismo e sua necessidade de expansão para angariar recursos, ocorreu de forma violenta e organizada: ideias

filosóficas, teológicas e jurídicas foram utilizadas e/ou desenvolvidas para fomentar e incentivar as ações/interesses da Europa ocidental.

Nesse cenário, o edifício intelectual, filosófico do colonialismo, foi erguido precisamente sobre a negação da possibilidade de humanidade⁴⁴ de determinados povos, de modo que Césaire dirá que a empresa colonial é para o mundo moderno o que o imperialismo romano foi para o mundo antigo: precursor do desastre e da catástrofe (Césaire, 2010)

Mas, seria possível mensurar em palavras o caráter catastrófico e violento do colonialismo? Certamente, não há palavras que consigam expressar a violência ocorrida nas colônias do século XV ao séc. XX. Porém, é possível pontuarmos algumas violências ocorridas no período colonial contra os povos colonizados, abrangendo desde a violência ambiental até violência social e cultural. Vejamos:

1. *Violência contra a natureza*

- *Exploração descontrolada de recursos naturais:*
Extração excessiva de minérios (ouro, prata, diamantes, ferro), derrubada indiscriminada de florestas para plantação, queimadas e uso intensivo do solo, provocando desequilíbrios ecológicos.
- *Destruição dos habitats naturais:*
Caça predatória e invasão dos espaços naturais pelos colonizadores, levando à extinção ou ameaça de espécies animais e vegetais.
- *Introdução de espécies invasoras:*
Plantas e animais europeus que afetaram o equilíbrio ecológico original, prejudicando espécies nativas.

2. *Violência física e genocídio contra populações indígenas e africanas*

- *Massacres e genocídio:*
Assassinatos sistemáticos de comunidades inteiras, como punição ou estratégia de dominação territorial.
- *Escravidão em massa:*
Captura, comércio e exploração brutal do trabalho indígena e africano em plantações, minas e engenhos.
- *Deslocamentos forçados:*

⁴⁴ O filósofo Emmanuel Eze em sua reflexão “*A filosofia moderna ocidental e o colonialismo africano*” faz um apontamento importante sobre isso. Diz-nos ele que : “Quando a filosofia ocidental fala de “razão”, não está simplesmente falando de “ciência” e de “conhecimento”, de “método” e de “crítica”, e inclusive de “pensamento”. Em, e através destes códigos, fundamentalmente a questão do *antrophos* do homem é o que está em jogo, porque as perguntas sobre o conhecimento e a identidade, do *logos* e o *antrophos* como *logikus*, neste entrelaçamento do entendimento humano, os europeus introduziram originalmente a noção de uma diferença de espécie entre eles mesmos e os africanos, como um modo de justificar sua inqualificável exploração e difamação. (Eze, s/d, p.13)

Remoção forçada dos povos originários de suas terras ancestrais para locais menos férteis ou mais remotos, causando mortes e desestruturação social.

- *Guerras e conflitos armados:*
Uso de força militar superior dos colonizadores para subjugar resistência indígena e africana, com armas e estratégias de guerra desconhecidas dos povos locais.

3. Violência cultural e religiosa

- *Conversão religiosa forçada:*
Imposição do cristianismo pelos missionários e autoridades coloniais, proibindo práticas religiosas e espirituais tradicionais, destruindo templos e locais sagrados.
- *Destruição cultural e linguística:*
Proibição ou desencorajamento do uso das línguas nativas, resultando na perda ou enfraquecimento das tradições orais e culturais dos povos colonizados.

4. Violência sexual e violência contra as mulheres

- *Estupro sistemático e violência sexual:*
Mulheres indígenas e africanas eram frequentemente violentadas sexualmente por colonizadores, tornando-se alvo comum de violência sexual como estratégia de humilhação e controle social.
- *Exploração sexual:*
Mulheres eram muitas vezes obrigadas a servir sexualmente colonizadores, seja diretamente ou como forma de "troca" por segurança ou alimentos.
- *Imposição de padrões patriarcais europeus:*
Introdução de práticas sociais que desvalorizavam e limitavam o papel das mulheres, antes consideradas importantes nas sociedades indígenas e africanas, destruindo seus papéis comunitários tradicionais.

5. Violência contra crianças

- *Separação familiar:*
Crianças eram frequentemente separadas à força de suas famílias, vendidas em condição de pessoa a ser escravizada ou a serem enviadas a instituições religiosas para 'educação' que objetivava destruir sua identidade cultural original.
- *Exploração do trabalho infantil:*
Uso extensivo de mão-de-obra infantil nas minas, plantações e tarefas domésticas, com exposição a condições precárias, violentas e insalubres.
- *Abuso físico e psicológico:*
Castigos severos e abusos físicos usados como método disciplinar, visando quebrar a capacidade de resistência e identidade cultural original desde a infância.

6. Violência econômica

- *Confisco de terras e propriedades:*

Expropriação e apropriação forçada de terras ancestrais pelos colonizadores europeus, gerando pobreza extrema, dependência e marginalização.

- *Imposição de trabalho forçado e escravidão:*
Sistema econômico baseado em exploração, onde populações indígenas e africanas eram submetidas à escravidão ou à servidão por dívida.
- *Tributação opressiva:*
Cobrança de impostos abusivos como método adicional de controle econômico, gerando endividamento e submissão forçada aos colonizadores.

7. Violência psicológica

- *Inferiorização racial e étnica:*
Desenvolvimento de teorias racistas pseudocientíficas para justificar exploração e violência, impondo uma visão de superioridade europeia.
- *Humilhação pública e punições exemplares:*
Castigos públicos frequentes, destinados a intimidar e controlar populações inteiras, estabelecendo terror psicológico.
- *Imposição de identidades alienantes:*
Obrigação de aceitar nomes, vestimentas e costumes europeus, despersonalizando e apagando identidades originais dos povos colonizados.

Sem dúvidas, esses apontamentos não exaure todas as violências, mas oferece um panorama abrangente das diversas formas pelas quais a colonização gerou consequências devastadoras para os povos colonizados, afetando-os física, cultural, social, econômica e psicologicamente, com impactos ainda presentes nas sociedades contemporâneas e nas subjetividades de seus descendentes.

Pensadores africanos e decoloniais também nos oferecem um panorama sobre como a violência é uma categoria preponderante que, representa o modo de operar colonial, a favor da consolidação de um modo de produção capitalista.

Frantz Fanon, por exemplo, em sua obra "*Os Condenados da Terra*"(2022)⁴⁵, descreve o colonialismo como um sistema inerentemente violento, que causou e causa danos físicos, psicológicos e culturais profundos aos povos colonizados. Fanon identifica essa violência como *estruturante* do domínio colonial, a ponto de afirmar que

⁴⁵ Nesta obra Fanon nos diz que o mundo colonial é um mundo compartimentado e faz uma abordagem do mundo colonial, a partir de seus arranjos, disposições geográficas o que, segundo ele, é uma análise fundamental que permite-nos delimitar as "arrestas a partir das quais se reorganizará a sociedade descolonizada" (Fanon, 2022, p.34) Esse mundo compartimentado, dividido em dois é habitado por espécies diferentes. Essa ideia o faz perceber que a "Originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas. Quando se apreende o contexto colonial em seu imediatismo, fica patente que o que divide o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer a tal espécie, a tal raça (idem, p.36)

“o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado puro, e só se curvará diante de uma violência maior” (Fanon, 2022, p.58).

Achille Mbembe contribui com uma perspectiva contemporânea de análise sobre o caráter violento do colonialismo e do capitalismo, ao introduzir o conceito de necropolítica e fazer uma análise crítica que, explora como o capitalismo moderno e suas práticas coloniais, perpetuam formas extremas de violência, definindo quais vidas importam e quais podem ser descartadas. Mbembe dirá que:

[...] uma verdade é certa: no pensamento filosófico moderno e no imaginário e na experiência política europeia, a colônia representa o lugar onde a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e onde a “paz” mais parece adquirir a face de uma “guerra sem fim” (Mbembe, 2017, p.125-126).

Seu pensamento dialoga com o conceito do filósofo caribenho Malcom Ferdinand que afirma que nas coloniais operam a *heterotopia colonial*⁴⁶. O que significa isso? Que nos territórios coloniais, que são dependentes ontologicamente das metrópoles, a violência é permitida, vez que, no território colonial não há Lei⁴⁷.

Césaire também demarca, na obra “*Discurso sobre o colonialismo*”(2010), essa percepção e exceção existente nas colônias, ao resgatar o seguinte trecho:

Uma última citação de um tal de Carl Siger, autor de um Essai sur la colonisation “Os países novos são um vasto campo aberto para as *atividades individuais, violentas, que nas metrópoles se enfrentariam com certos preconceitos, com uma concepção sábia e regulada da vida, mas que podem desenvolver-se livremente nas colônias* e, portanto, afirmar melhor seu valor. Assim, as *colônias podem servir até certo ponto de válvulas de segurança à sociedade moderna*. Esta utilidade, mesmo que fosse a única, é imensa” (Césaire, 2010, p.30, grifo meu).

⁴⁶ “A heterotopia atribui a lugares (*topos*) usos e práticas diferentes (*hetero*) de um centro geográfico ou de uma norma”.(Ferdinand, 2022,p.125).

⁴⁷ Mbembe em seu texto Necropolítica (2017) fará uma análise importante sobre o poder soberano nas colônias. Uma das passagens importantes que dialoga com a ideia de heterotopia colonial , é a seguinte: “No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (Mbembe,2017,p.127).

Com Césaire, Fanon e Mbembe podemos entender que o capitalismo e o colonialismo juntos criaram zonas de exclusão e precariedade, de modo que a ocupação colonial, na perspectiva de Fanon, por exemplo, implicou uma divisão do espaço em compartimentos, definindo limites e fronteiras internas e externas, regulados pela linguagem da força pura, da violência.

Para mais, esses pensadores em suas reflexões, que nos demonstram como a violência é estruturante do *modus operandi colonial e capitalista*, nos auxiliam a compreender algo importante em nossa contemporaneidade.

As perspectivas de análise desde o Sul Global, principalmente, nos auxiliam a compreendermos que essa violência não terminou com o fim das administrações coloniais formais, mas transformou-se em estruturas de poder que persistem no que hoje denominamos *colonialidade*. Logo, quando falamos colonialismo não estamos a falar, apenas, de uma época histórica. Estamos a falar da construção de uma estrutura na qual se enraizaram várias instituições do ocidente. Estamos a falar *da construção de uma matriz de poder*.

Ramón Grosfoguel em sua reflexão “*Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*”(2017) nos ajuda a entendermos melhor essa colocação. Ele nos diz que

As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos. Continuamos a viver sob a mesma “matriz de poder colonial”. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “*colonialismo* global” para entrar num período de “*colonialidade* global”. Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana. As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeias *versus* não-europeias, continuam arreigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial (Quijano, 2000; Grosfoguel, 2002). (Grosfoguel, 2008, p.126, grifo do autor)

Ou seja, apesar de termos aprendido a relacionar colonialismo com a presença de administrações coloniais, pensadores do Sul Global e decoloniais tem nos auxiliado, também, a entender que a colonialidade está para além disso. Ela é uma matriz de poder que *continua a operar, por diferentes vias e faces*, a relação colonial que é fundamentada na ideia de raça, tem como objetivo a expropriação dos recursos, como

instrumento de operação a violência, que se apresenta de diversas formas, sendo a dependência econômica, mesmo após a independência política das colônias, uma de suas expressões de continuidade.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano apresenta-nos através do conceito de ‘colonialidade do poder’, esta ideia. O autor define o conceito como uma matriz de poder que se constituiu durante o processo colonial e que se perpetua através das relações de raça, gênero e classe (Quijano, 2005). Ao introduz a ideia da colonialidade do poder, argumenta que a colonização não apenas instituiu formas de exploração econômica, mas também estruturou relações sociais, profundamente racializadas, gentrificadas, contribuindo para entendermos, ainda mais, o caráter violento desse processo. Dirá Quijano

[...] os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, *expropriaram as populações colonizadas* –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, *reprimiram tanto como puderam*, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, *as formas de produção de conhecimento dos colonizados*, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente. Em terceiro lugar, *forçaram* –também em medidas variáveis em cada caso– *os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa*. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo *uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura* (Quijano, 2005, p.121, grifo meu)

Nesse sentido, a colonialidade expressa a permanência da ‘colonização das perspectivas’ em diversas esferas das nossas vidas até os dias hodiernos. Evidentemente, a perspectiva dominante ainda é a euro-ocidental. Atualmente, podemos afirmar ser a perspectiva euro-estadunidense. De todo modo, a permanência das práticas coloniais se expressa, por exemplo, nas atuais disparidades sociais e econômicas, nas estruturas de poder político, nas relações culturais e identitárias, no racismo epistêmico,

dentre outras, que reforçam e marginalizam, continuamente, grupos historicamente colonizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a relação entre colonialismo, capitalismo e violência, a partir das perspectivas filosóficas do Sul Global, compreendemos que tais categorias são interdependentes e fundamentais para a constituição da ordem mundial moderna capitalista. O colonialismo não foi apenas um momento histórico restrito aos séculos XV ao XX, mas um fenômeno estruturante que se perpetua, atualmente, por meio da colonialidade, uma matriz de poder que continua a operar em níveis econômicos, políticos, sociais, estéticos e epistemológicos.

O capitalismo emergiu e se consolidou por meio de processos violentos de exploração dos povos colonizados, cuja humanidade foi sistematicamente negada em favor de interesses econômicos das potências europeias. A violência foi, portanto, não uma consequência acidental, mas uma condição, necessária, para a acumulação primitiva do capital, estruturando relações raciais, de gênero e de classe violentas e desiguais que permanecem evidentes até hoje.

Reconhecer essas conexões é essencial para desnaturalizarmos e confrontarmos as persistentes desigualdades herdadas do colonialismo. Os pensamentos de Césaire, Fanon, Mbembe, Quijano e Mingolo nos desafiam a refletir sobre nosso presente e futuro, chamando-nos à responsabilidade intelectual e ética para superar a colonialidade, em todas as suas expressões, promovendo caminhos para a justiça social, emancipação epistêmica e uma verdadeira descolonização das estruturas que, ainda, moldam nosso mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDIMA, Jean-Godefroy. De la traversée: raconter des expériences, partager le sens. *Rue Descartes*, 2002/2, n.36, p. 7-17. Tradução para uso didático por Gabriel Silveira de Andrade Antunes. Disponível em: <
https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/jean-godefroy_bidima_-_da_travessia._contar_experi%C3%Aancias_partilhar_o_sentido.pdf> Acesso 30 mai. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Anísio Garcez Homem. Santa Catarina: Letras Contemporâneas. 2010.

EZE, Emmanuel Chukwudi. *La moderna filosofía occidental y el colonialismo africano*. Tradução para uso didático por Marcos Carvalho Lopes. s/d. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/a-filosofia-moderna-e-o-colonialismo-africano_-emmanuel-eze.pdf> Acesso em 10 mai. 2025.

FANON, Frantz. Sobre a violência. In: *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

_____. A experiencia vivida do negro. In: *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFUBA. 2008.

FERDINAND, Malcon. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 10 fevereiro 2023. URL: [http:// journals.openedition.org/rccs/697](http://journals.openedition.org/rccs/697) ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital*. São Paulo : Boitempo, 2013. Disponível em <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>> Acesso 26 mar. 2025

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017

MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], Número especial | 2018, publicado a 05 novembro 2018, consultado a 28 jun 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/7741> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.7741>

MINGOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 32, nº 94, p.1-17, jun. 2017 DOI <https://doi.org/10.17666/329402/2017> .

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf f > . Acesso em 06 mar. 2025.